

298/96/04/2003



ILMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NORMATIVA RECURSAL DO COPAM  
CNR



Processo COPAM nº 298/1996/004/2003

Auto de Infração nº: 384/2003

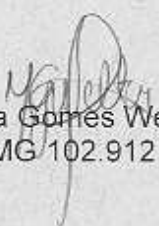
**MINERAÇÃO MATHEUS LEME LTDA**, devidamente qualificada nos autos do processo supra, por seus procuradores infra-assinados, inconformada, *data venia*, com o **Auto de Infração nº 384/2003**, contra a mesma lavrado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, vem, tempestivamente e em conformidade com o que dispõe o artigo 31 do Decreto 39.424 de 1998, apresentar a seu

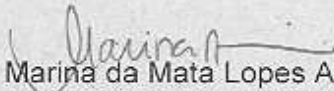
### PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

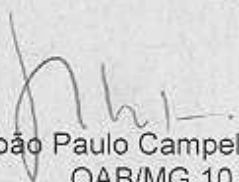
pelos fatos e fundamentos que a seguir articula.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2007.

  
Mariana Gomes Welter  
OAB/MG 102.912

  
Marina da Mata Lopes Amorim  
OAB/MG 98.549

  
João Paulo Campello de Castro  
OAB/MG 10.660

NAI



## **RAZÕES DA DEFESA**

### **1 . Relato dos Fatos**

A empresa foi surpreendida, em 05/09/2003, pelo recebimento do Auto de Infração nº 384/2003, lavrado devido ao suposto lançamento de resíduo sólido resultante da limpeza da bacia de decantação em uma drenagem situada à jusante das instalações do empreendimento, tendo como fundamento o art. 19, § 3º, item 6 do Decreto nº 39.424/2006.

*Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas*

*§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:*

*6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;*

Cabe informar que a empresa explora agalmatolito em lavra a céu aberto, sendo o desmonte primário com explosivos e o desmonte secundário com fogachos (explosivos) e rompedor hidráulico acoplado em retro-escavadeira. O beneficiamento é realizado nas etapas de britagem, lavagem e classificação, rebritagem, moagem, classificação e ensacamento.

A etapa de britagem, lavagem e classificação geram um efluente em forma de polpa (sólidos + água), cujos sólidos tem granulometria abaixo de ½. Até o ano de 1997 esses efluentes estavam sendo depositados em pilhas e depressões ao lado da usina de beneficiamento e as águas e lamas seguiam por gravidade até a drenagem existente, constituída pelo Córrego Mato Dentro, a uma distância de aproximadamente 500 metros.





A partir de 1997 foi construído um sistema de decantação desses efluentes, constituído por três barragens em série, interrompendo o lançamento desses efluentes no Córrego das Vacas. Além disso, o sistema de barragens começou a armazenar essa água e sólidos, que aos poucos foram sendo comaltados nas mesmas.

Devido à existência de trincas e fissuras no terreno observou-se que não haveria extravasamento de efluentes líquidos no último vertedouro da terceira barragem. Assim, mesmo em época de chuvas, o fluxo de água que anteriormente seguia nessa drenagem até o córrego foi interrompido. Com esse novo sistema de barramento os assoreamentos causados pelos efluentes gerados foram interrompidos.

No sentido de recuperar os assoreamentos causados pela empresa anteriormente no terreno, ficou acertado com o superficiário da área a recuperação do principal trecho erodido (aproximadamente 200 metros de extensão) à jusante da terceira barragem, revegetando esses locais.

Em 02/02/99 e em 19/07/2000 foram protocolados junto à FEAM Relatórios de Monitoramento, contendo as análises de águas a montante e a jusante do empreendimento. Esses documentos ainda informavam que estavam sendo realizadas limpezas periódicas nas bacias e não era observado qualquer extravasamento de efluentes nas barragens, ou seja, não corria mais água ou efluente na drenagem artificial. Esse relatórios foram anexados ao processo e deixaram de ser elaborados a partir de 2001, uma vez que inexistiam efluentes a serem monitorados.

Além dos relatórios que comprovam o monitoramento dos efluentes, no processo pode ser verificado um relatório fotográfico formulado pela empresa, como meio de demonstrar a recuperação das áreas que haviam sofrido erosão e outra parte que, no ano de 2003 encontrava-se em processo de aterramento e nivelamento.

A fiscalização realizada pela FEAM em 16/04/2006 (Auto de Vistoria nº 1291/203) constatou que a empresa vinha realizando as ações descritas de recuperação da



área afetada, no entanto, o Sr. Fiscal não comunicou à empresa, naquele momento, que não estaria de acordo com a metodologia adotada. A empresa, no entanto, prosseguiu com as atividades de recuperação, no sentido de evitar futuras erosões e assoreamentos no Córrego das Vacas.

Em face da autuação a empresa apresentou Defesa, vindo a receber o benefício de redução do valor da multa em 1/3 (um terço) devido à reparação imediata do suposto dano.

Diante da decisão que julgou a Defesa a empresa apresentou Pedido de Reconsideração, requerendo a celebração de Termo de Compromisso, tal como previsto no art. 21, §2º do Decreto nº 39.424/98, para demonstrar as medidas de específicas adotadas para correção da degradação ambiental. Dessa forma, o presente Recurso exporá as medidas adotadas pela empresa, no intuito de que as mesmas sejam formalizadas em Termo de Compromisso a ser firmado com o setor técnico responsável pela análise do processo.

## **2 – Preliminarmente**

### **2.1. Da Tempestividade**

A Recorrente foi devidamente notificada do indeferimento de seu Pedido de Reconsideração no dia 30/06. Dessa forma, considerando que o prazo para interposição de Recurso é de 20 (vinte) dias, conforme dispõe o Decreto 39.424/98, verifica-se que a presente peça recursal é manifestamente tempestiva.

### **2.2. Da Admissibilidade – Competência para julgar**

Dispõe o art. 10, inc. II, alínea c, do Decreto nº 44.663/07, que compete à Câmara Normativa Recursal - CNR competente, manifestar-se sobre as decisões das SUPRAMs, ouvidas as Unidades Regionais Colegiadas - URCs, relativas à aplicação de penalidade.





*Art. 10. A Câmara Normativa e Recursal é unidade deliberativa e normativa que tem as seguintes competências:*

*III - decidir, em grau recurso, como última instância administrativa, as decisões relativas à:*

*c) penalidades aplicadas pelas SUPRAMs, ouvidas as respectivas URCs;*

Face às mudanças propostas pelo referido Decreto, coube à URC do Rio Paraopeba julgar o Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa. Em que pese o fato do presente Auto de Infração haver sido lavrado pela FEAM, o presente Recurso deverá ser analisado pela Câmara Normativa Recursal, nos exatos termos do artigo 10 do Decreto 44.667/2007 e não mais pelas câmaras especializadas do COPAM.

### **2.3 – Erro de Tipicidade**

O Auto de Infração nº 384/2003 foi embasado na seguinte descrição, considerando com fato caracterizador da infração o que segue.

*Lançamento de resíduo sólido resultante da limpeza da bacia de decantação em uma drenagem situada à jusante das instalações do empreendimento.*

No entanto, o art. 19, § 3º, item 6 do Decreto nº 39.424/2006, adotado como fundamento legal para a lavratura do auto de infração traz a seguinte previsão:

*Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural.*

Estabelecendo uma análise rápida entre os dois trechos supracitados, é possível perceber uma diferença latente entre a descrição do fato constatado e o fundamento legal adotado para caracterizar o fato como uma infração ambiental.



Tal contradição fere o princípio da legalidade, segundo o qual a Administração Pública deve agir em conformidade com o previsto em lei, vinculando o conteúdo do fato a uma disposição legal existente.

Considerando que a empresa autuada, no momento da vistoria que lavrou o auto de infração estava implantando um projeto para recuperação da área afetada, próxima às instalações do empreendimento, não há que se falar em ocorrência de degradação ambiental ou danos à saúde humana.

Além do mais, a descrição do fiscal foi a respeito da verificação do lançamento de resíduo sólido advindo da bacia de decantação do empreendimento, não havendo qualquer referência à ocorrência de degradação ambiental proveniente dessa constatação. De fato, não há como afirmar que o lançamento de resíduos sólidos foi responsável por ocasionar algum tipo de degradação ambiental.

Observa-se, portanto, a evidente inadequação da descrição da conduta com a tipificação que serviu como fundamento para a lavratura do Auto de Infração ora impugnado, motivo pelo qual o mesmo deve ser descaracterizado.

### **3 – Mérito**

#### **3.1 – Inocorrência de poluição – Aplicação de circunstância atenuante**

A empresa já havia exposto anteriormente, quando da apresentação da Defesa, que os efluentes provenientes do beneficiamento realizado pelo empreendimento eram depositados, até o ano de 1997, em pilhas e depressões ao lado da usina, gerando assoreamento pelo caminho em que seguia por gravidade até o Córrego Mato Dentro. No entanto, a partir de 1997 foi implantado um sistema de bacias de decantação em série, sendo interrompido o lançamento dos rejeitos provenientes da limpeza das bacias.

Tal implantação vinha sendo informada a FEAM por meio de relatórios de monitoramento, enviados entre os anos de 1999 e 2000, que ainda demonstravam a recuperação da área erodida. Dessa forma, a empresa comprovou a não





ocorrência de qualquer dano ambiental ou riscos à saúde humana, decorrentes de sua conduta. No entanto, mesmo adotando uma postura preventiva e mantendo o órgão ambiental informado de sua conduta, foi autuada pelo fiscal da FEAM, motivo pelo qual segue valendo-se de todas as formas de defesa administrativa cabíveis.

A Defesa apresentada pela empresa foi julgada no dia 25/10/2007 pela Câmara de Atividades Minerárias, que decidiu pela aplicação da multa base, com redução de 1/3 (um terço), devido à reparação imediata do dano ou limitação da degradação ambiental, conforme previsto no art. 3º, item a, da DN COPAM nº 27/98.

Diante de todo o exposto, o Auto de Infração em comento deve ser descaracterizado, estando comprovada a inoccorrência de degradação ambiental. *Ad argumentandum*, caso seja mantida aplicação da penalidade, deve ser mantida a redução de seu valor-base em 1/3 devido à reparação imediata do dano.

### **3.2 – Assinatura de Termo de Compromisso – reversão do valor da multa em medidas de interesse ambiental – Plano de Recuperação de Erosão**

Somente pelo princípio da eventual defesa, caso não seja desconsiderado o Auto de Infração impugnado, mesmo depois de todos os argumentos apresentados pela ora Recorrente, deverá ser considerada a possibilidade de assinatura de Termo de Compromisso, para conversão do valor da multa na obrigação de execução de medidas de interesse ambiental. Senão vejamos.

*Art. 21 - Na aplicação da multa serão observados os seguintes valores, atualizados na forma da lei:*

*(...)*

*§ 2º - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por Termo de Compromisso aprovado pelo órgão que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a poluição ou degradação ambiental, sendo facultado às partes celebrar termo aditivo;*

*(...)*



*§ 7º - A multa aplicada poderá ser transformada em obrigação de execução de medidas de interesse de proteção ambiental, além das exigidas por lei, conforme Deliberação Normativa do COPAM.*

Diante das alegações contidas nos tópicos acima, fica claro que a empresa já vinha executando obras para reparação dos danos causados pela deposição de efluentes desde 1997. No entanto, caso seja mantida a aplicação da penalidade prevista no Auto de Infração ora impugnado, manifesta-se no sentido de assinar Termo de Compromisso com a FEAM, prevendo medidas de interesse ambiental, a serem praticadas alternativamente ao pagamento da multa, tal como descrito a seguir.

A empresa formulou Plano de Recuperação de Erosão, situada a jusante das bacias de decantação, no seu empreendimento denominado Pedras II, no município de Mateus Leme, apresentando em 2004 e em fevereiro de 2007, relatórios sobre a execução de anteprojetos para recuperação da erosão.

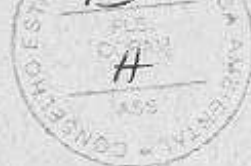
Tendo em vista o início da execução do plano, pretende-se nesse recurso propor algumas medidas que serão executadas para conclusão do Plano de Recuperação de Erosão, no intuito de que as mesmas sejam formalizadas em Termo de Compromisso.

Cumprе ressaltar que a empresa foi autuada em virtude da constatação de erosão no local a jusante das bacias de decantação, devido ao escoamento dos efluentes gerados na lavagem do agalmatolito ao longo de décadas de operação. Com a construção das bacias de decantação, a partir de 1998, o processo erosivo foi interrompido, já que as três bacias de decantação passaram a reter esses efluentes.

Dessa forma, em 2003 a Mineração Matheus Leme Ltda foi autuada pela FEAM por lançamento de resíduos e efluentes oriundos da sua atividade em drenagem natural existente.

Após a autuação, foram realizadas diversas vistorias pela FEAM no empreendimento e reuniões entre FEAM e Mineração Matheus Leme, sendo





solicitada a apresentação de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD e um Plano de Recuperação da erosão no local referido.

De modo a atender as exigências do órgão ambiental a Matheus Leme apresentou em 2004 o PRAD solicitado e o Plano de Recuperação da Erosão.

Em setembro de 2004, após vistoria da Polícia Florestal, essa recuperação foi interrompida. Entre 2004 e 2006, foram apresentados documentos e justificativas para a Polícia Florestas e IEF, com cópias protocoladas no FEAM, visando esclarecer a situação e continuar a recuperação no local.

Em 2006 a empresa conseguiu licença do IEF para intervir nesse local e retomou as atividades de recuperação, após o período de chuva (março de 2007).

Após vistoria do IEF no segundo semestre de 2007, a empresa foi comunicada que deveria suspender as atividades previstas, até que fosse realizada reunião conjunta entre todos os órgãos envolvidos, já que a Licença de Operação estava em processo de revalidação.

Diante do posicionamento do IEF, a Mineração Matheus Leme fez contato com o esse órgão, protocolando ofício solicitando tal reunião, sem definição até a presente data.

Ao longo desse período o presente processo, iniciado com o auto de infração nº 384/03 continua em aberto, sendo que a Mineração Matheus Leme Ltda apresentou defesa e pedido de reconsideração, justificando que nesse local existia uma erosão causada devido ao escoamento dos efluentes gerados na lavagem do agalmatolito ao longo do período de operação do empreendimento, problema que vem sendo sanado por meio do plano descrito a seguir.

## **CARACTERÍSTICAS E SITUAÇÃO ATUAL DA EROSÃO**

### - Recuperações anteriores



O processo erosivo foi parcialmente recuperado anteriormente, depositando-se estéril e rejeitos oriundos da operação de lavra e beneficiamento, nivelando-se e compactando-se o terreno.

Apresentam-se a seguir os trabalhos até agora realizados:

#### **A - Até 2003- Antes da autuação do FEAM**

Foram iniciados os trabalhos de depositar nessa erosão rejeito e estéril do empreendimento, visando nivelar o terreno e revegetar. Essa recuperação foi interrompida no segundo semestre de 2003, após autuação da FEAM.

#### **B - Entre 2003 e 2004**

Após a autuação, foi apresentado um projeto recuperação à FEAM, que começou a ser executado em 2004.

As dimensões dessa erosão nessa ocasião, definidas por um levantamento topográfico eram, em média, 45 m de largura, 110 m de comprimento e 12 m de profundidade, ou seja, cerca de 0,5 hectares. No mapa do Anexo I apresenta-se essa planta, com a situação existente na ocasião e as fases de recuperação.

O projeto considerou as seguintes etapas:

- Confinamento do local, construindo-se um dique de contenção a jusante, com dique de arranque: Executado
- Construção de drenos profundos no local:  
Executado
- Nivelamento do terreno nesse local  
Parcialmente executado





- Implantação de drenagem pluvial  
Parcialmente executado
- Revegetação com gramíneas  
Parcialmente executado

Essa recuperação foi interrompida após visita da Polícia Florestal em setembro de 2004.

### C- Entre 2005 e 2006

O processo de recuperação foi interrompido, até a obtenção da permissão do IEF. Uma revisão no projeto anterior foi apresentada, decidindo-se somente pelo nivelamento parcial do local, direcionando-se as drenagens para dentro da própria bacia. (Ver mapa Anexo II).

Esse processo foi interrompido, após suspensão da permissão dada pelo IEF, para intervir no local.

Nessa ocasião a erosão estava com 0,367 hectares, sendo que os trabalhos estavam no seguinte estágio.

- Nivelamento do terreno nesse local  
Parcialmente executado
- Implantação de drenagem pluvial  
Parcialmente executado
- Revegetação com gramíneas  
Parcialmente executado
- Implantação de canaletas de concreto e escadas de drenagem  
Não executado.



- Recuperação proposta para celebração de Termo de Compromisso

No mapa do Anexo III, apresenta-se uma revisão dos projetos anteriores, para a recuperação proposta: A sequência dessa recuperação será a seguinte:

- Nivelamento parcial desse local, conforme apresentado nas seções P1 e P2 do mapa (Anexo III) com material estéril da mina e rejeito do beneficiamento, compactando-se e nivelando-se o terreno.
- A drenagem pluvial, após fechamento e nivelamento, deverá acompanhar a declividade natural do terreno, se prevendo a construção de canaletas meia cana no lado oeste e uma canaleta de descida de água em concreto. A área de contribuição no lado oeste é a mais significativa, justificando a instalação dessas canaletas.
- No lado leste prevê-se somente a construção de uma canaleta de proteção, escavada e revestida com pedras de mão.
- Previu-se ainda a construção de um vertedouro, caso essa bacia necessite drenar a água contida, na cota 942m. A área da bacia ficará com 0,16 há, aproximadamente.
- Revegetação do local com gramíneas, dando continuidade aos trabalhos antes executados. Parte da borda desse local será adensado com árvores nativas, conforme desenho do Anexo III.
- Implantação de rotina de monitoramento e manutenção do sistema.





## - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

O Cronograma de implantação proposto, considerando-se a data de assinatura do Termo de Compromisso para o início das atividades é o seguinte:

ATIVIDADES	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Nivelamento Terreno	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Construção do Vertedouro										■		
Implantação da drenag. nas bordas						■	■	■	■	■	■	
Construção Canaleta descida										■	■	
Plantio Gramíneas							■	■	■	■	■	
Plantio de Nativas(2)										■	■	
Monitoramento(1)						■	■	■	■	■	■	■

- (1) – O Plano de Monitoramento deverá ser detalhado e implantado à medida que a recuperação proposta esteja sendo realizada.  
 (2) – O Plantio de Nativas deverá coincidir com o período do início das chuvas.

## 4 – Conclusão

Diante de todo o exposto no presente Recurso, a empresa requer:

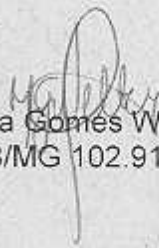
- a) Seja descaracterizado o Auto de Infração nº 384/2003, uma vez que o mesmo apresenta nulidade formal, qual seja, não há relação entre o embasamento legal e a descrição da infração praticada, o que torna o ato administrativo nulo de pleno direito;

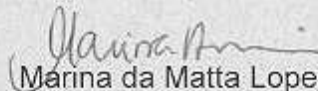


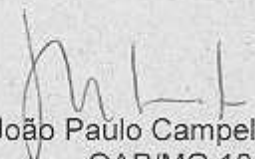
- b) Seja descaracterizado o Auto de Infração impugnado, tendo em vista que não houve degradação ambiental, como pode ser comprovado pela própria descrição exposta pelo Sr. Fiscal, que não menciona em nenhum momento tal ocorrência;
- c) Caso não sejam aceitos os argumentos expostos, protesta pela manutenção da atenuação do valor da multa em até um terço, devido à reparação imediata do dano e ainda, pela assinatura do Termo de Compromisso, para conversão do valor da multa nas medidas de interesse ambiental propostas no item 3.2.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2008.

  
Mariana Gomes Welter  
OAB/MG 102.912

  
Marina da Matta Lopes Amorim  
OAB/MG 98.549

  
João Paulo Campello de Castro  
OAB/MG 10.660



